

DOSSIÊ MODOS DE VIDA

**A EXPERIÊNCIA DA INSEGURANÇA:
Trabalho e Família nas Classes Trabalhadoras Urbanas em São Paulo**

Vera da Silva Telles*

RESUMO: O artigo trata da importância da família nas classes trabalhadoras urbanas. Como valor e como espaço de sociabilidade, essa importância é construída numa experiência social em que se articulam trabalho, cultura e os (não)direitos. Por esse ângulo a família se define como ordem de vida na qual se encontram sinais de uma exclusão social que se desdobra numa privatização de experiências. É essa privatização que o artigo tenta mostrar e discutir. Para isso, tomou como ponto de partida a trajetória de homens, mulheres e crianças no mercado de trabalho. Menos do que uma discussão sobre o mercado de trabalho, essas trajetórias interessam sobretudo do ponto de vista dos termos pelos quais essas trajetórias são elaboradas como experiências individuais e coletivas no âmbito da família. Como referência empírica, o artigo analisa dados de pesquisa realizada pelo DIEESE, em 1981, na Região Metropolitana de São Paulo.

UNITERMOS: famílias operárias, experiência, privatização, cidadania, insegurança, exclusão.

Perguntar-se como vivem os trabalhadores a sua condição pode parecer redundante frente a tudo o que já se escreveu e discutiu sobre as condições de vida e trabalho que vigoram na sociedade brasileira. São inúmeras as pesquisas que apontaram e vêm

* Professora do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP.

apontando para os expedientes mobilizados pelas classes trabalhadoras para garantir sua sobrevivência cotidiana. De um lado, há a conhecida mobilização do trabalho feminino e infantil para o mercado de trabalho. De outro, estão as atividades empreendidas na esfera doméstica, desde a produção de valores de uso necessários à reprodução da força de trabalho, os mecanismos informais para a obtenção de renda complementar, passando ainda por práticas de solidariedade que cumprem, a seu modo, as funções de uma assistência social inexistente, até a autoconstrução da casa própria. De um lado e de outro, tudo isso chama a atenção para a importância da esfera da reprodução para o entendimento das situações de classe.

A questão não é nova e tem sido bastante discutida desde os anos 70. No entanto, a partir da década de 80, a discussão tem deslocado algumas das ênfases até então predominantes. Se antes as chamadas estratégias de sobrevivência articuladas na família e nos locais de moradia eram analisadas do ponto de vista de sua funcionalidade para o capital, enquanto mecanismos viabilizadores da reprodução da força de trabalho, nos novos estudos o foco da análise passa a ser a dinâmica cultural e o universo simbólico no interior do qual essas práticas são estruturadas. Por essa via, os pesquisadores puseram em cena modos de vida regidos por regras próprias em que se articulam práticas, valores e tradições (Durham, 1989; Zaluar, 1985; Caldeira, 1984; Magnani, 1984). Ao descrever as formas como homens e mulheres constroem a representação sobre sua condição e o mundo no qual estão mergulhados, conferem sentido e razão de ser às suas vidas, elaboram identidades, definem prioridades e projetos de vida, estabelecem critérios e regras na organização de suas vidas cotidianas, ao descrever ainda a diversidade de suas formas de sociabilidade, de expressão cultural e religiosa, bem como o sentido de justiça e de ordem que constroem para suas vidas e por onde se enuncia uma visão própria sobre a sociedade, a lei e o poder, esses pesquisadores construíram as evidências da importância da família como lugar em que as classes trabalhadoras (também) se constituem como cultura e identidade.

Nesse deslocamento de ênfases e categorias de análise, através de tudo o que nos é descrito e narrado, fica claro que nem tudo poderia ser explicado pela “lógica da sobrevivência”, ou, para falar em termos mais rigorosos, pela lógica da reprodução da força de trabalho. Fica claro sobretudo que entre produção e reprodução, mercado e moradia, trabalho e família existe uma clivagem atravessada pela história, pela cultura e pela subjetividade; que condições de vida e modos de vida não são, como mostra Thompson, a mesma coisa e não podem ser explicados pelos mesmos critérios (Thompson, 1987) e que, finalmente, essa relação é problemática e é justamente isso que a torna alvo de uma interrogação necessária. Daí que a questão colocada no início - como vivem os trabalhadores a sua condição - é menos banal do que à primeira vista poderia parecer pois a relação entre

condições materiais de vida, cultura e experiências vividas não é unívoca, evidente e muito menos transparente. Mas é isso que constrói o que se poderia definir como eficácia explicativa da noção de modo de vida.

É Thompson, sobretudo, que nos mostra que é por referência a valores, tradições e códigos morais presentes nas formas de vida das classes trabalhadoras que se tem uma via de acesso para o entendimento de como as condições objetivas foram vivenciadas. Mais do que uma simples descrição, a noção de experiência que estrutura a narrativa de Thompson esclarece a própria sociedade na medida em que essa experiência se estrutura em campos de força, de resistência e de luta que iluminam economia, poder e ideologia e por onde se torna possível identificar nas práticas e nas múltiplas manifestações das classes trabalhadoras um lugar e uma eficácia própria no acontecimento da história (Thompson, 1979).

São questões como essas que mostram todo o interesse que pode existir numa discussão sobre a família operária. Para além da sua importância para a sobrevivência material das classes trabalhadoras, as pesquisas mostram que a família, estruturada e hierarquizada em seus papéis tradicionais, define um paradigma de moralidade e um modelo de autoridade centrado na figura do chefe provedor. É por referência a ela que as figuras do homem e da mulher, do adulto e da criança são construídas nas suas identidades. Identidades que fazem referência a atributos, responsabilidades, deveres, obrigações, numa teia de relações e interações simbólicas que definem seus lugares na hierarquia de posições e por onde são definidos códigos de conduta e critérios de julgamento que estabelecem os limites do legítimo e do ilegítimo nas suas formas de existência (Duarte, 1986). Espaço moral, portanto, que constrói uma noção de ordem para suas vidas e que fornece as referências por onde a experiência que fazem da sociedade é avaliada e interpretada nos seus acontecimentos, constrangimentos e possibilidades para a realização do que imaginam ser uma vida decente.

Por mais que não se realize e nem tenha condições de se realizar plenamente nas condições concretas de vida, isso que poderíamos chamar de modelo do chefe provedor parece se constituir na referência simbólica de uma vida plausível num mundo em que o trabalho instável, o salário insuficiente, o consumo restrito aparecem como circunstâncias que ameaçam, o tempo todo, romper o frágil equilíbrio em que estão estruturadas suas vidas cotidianas. Mas que ameaçam também aquilo que é definido como uma forma legítima de existência, seja pelo salário baixo que afeta a dignidade do chefe de família que se auto-representa como trabalhador honesto e provedor responsável de seus familiares, inviabilizando o que parece definir sua razão de ser nesse mundo; seja pelas exigências do trabalho extradoméstico da mulher, que a joga num mundo que não lhe pertence, que sinaliza o insucesso do chefe provedor nas suas atribuições e que compromete uma ordem moral que lhe reserva um lugar central na vida doméstica; seja ainda pela ambigüidade que parece se inscrever

no trabalho precoce de seus filhos, pelo comprometimento que implica de um projeto de futuro que valoriza o estudo como caminho para uma vida melhor ou pelos riscos da delinquência associados ao trânsito pela rua e que ameaça a perspectiva de um trabalho regular, fixo e promissor que é a outra ponta por onde esse projeto se estrutura. São situações como essas que o material etnográfico hoje disponível registra. São evidências que sugerem a importância dos códigos familiares na experiência dessa desigualdade tão definidora da sociedade brasileira, experiência que se estrutura ou parece se estruturar num frágil limite entre a ordem e a desordem, a legitimidade e a ilegitimidade das situações concretamente vividas.

É certo que nessa importância da família como valor moral e medida de ordem se tem as marcas de um passado que os historiadores hoje tratam de vasculhar, mostrando no processo de constituição das classes trabalhadoras urbanas, uma dinâmica em que o seu disciplinamento pelo trabalho foi solidário com o disciplinamento de suas formas de vida (Rago, 1985; Decca, 1987; Chalhoub, 1986; Pena, 1981 e Paoli, 1984). É certo ainda que em tudo isso se tem as marcas da tradição privatista de uma sociedade hierárquica e autoritária nas suas formas de estruturação, uma sociedade em que a família, no dizer de Da Matta, se constitui num paradigma da moralidade e num código valorativo que perpassa, de ponta a ponta, as relações sociais (Da Matta, 1985). A discussão por esse caminho é, sem dúvida, importante e necessária (Sarti, 1989). E a referência a ela importa para lembrar que nas evidências de nosso presente se tem os registros de um ordenamento das relações sociais historicamente construído. Porém, para além das continuidades e da persistência de tradições, seria interessante investigar o que, hoje, numa sociedade complexa e diferenciada, urbanizada e industrializada, constrói a família como valor, como cultura, como sociabilidade. E, sobretudo, como espaço por onde se faz uma experiência específica da sociedade.

Antes de mais nada, não seria ocioso lembrar que a importância da família na sobrevivência cotidiana das classes trabalhadoras não independe das condições que impõem a insuficiência dos salários, a instabilidade nos empregos, o desamparo dos desempregados, dos trabalhadores sem emprego fixo e trabalho regular, a precariedade das condições vividas pelos mais velhos, pelos aposentados, pelos doentes e incapacitados para o trabalho. Mas o que importa na constatação desse quase lugar comum é que trata-se aí de dimensões significativas da vida social que são despolitizadas e privatizadas na medida de seu desvinculamento de um campo propriamente político de elaboração, de afirmação e exercício efetivo de direitos. Isso significa dizer que os direitos não podem ser pensados apenas na sua dimensão instrumental. Para além das conseqüências perversas nas condições materiais de vida, a privação de direitos significa a ausência de um espaço público de pertencimento no qual seus interesses, razões e vontades possam ser elaboradas e reconhecidas na sua legitimidade. É nisso que a questão dos direitos se encontra com as

características de uma sociedade atravessada por hierarquias de todos os tipos, avessa à idéia de igualdade como valor e sem a qual não pode existir qualquer noção de cidadania e de justiça social, em que a persistente e conhecida prática de estigmatização e criminalização das classes trabalhadoras encontra sua lógica num imaginário social que constrói as imagens modelares do trabalho responsável e da família organizada como lugares exclusivos para uma forma de existência legítima na sociedade, fora dos quais as classes trabalhadoras aparecem numa figuração ambígua (e suspeita) em que se confundem a imagem do trabalho, da vadiagem e da marginalidade. Por outro lado, do ponto de vista da experiência que fazem da sociedade, é possível dizer que a privação de direitos se inscreve nas formas como homens e mulheres constroem a representação de seu lugar na sociedade e das reciprocidades que esses lugares supõem (Pharo, 1985), nas formas como constroem a representação sobre si próprios e os outros, sobre a sociedade e os constrangimentos que esta lhes impõe. Como diz Ewald, o direito é também uma forma de subjetivação e construção de identidades, implicada no modo como situações são problematizadas nas suas implicações e nas responsabilidades envolvidas e isso significa que, ao direito como prática efetiva, corresponde o que ele define como “modos de julgamento” das circunstâncias que, pelas suas conseqüências, afetam a vida em sociedade (Ewald, 1986).

É nesses três registros - das condições materiais de vida, dos lugares legítimos de pertencimento na sociedade e das formas de subjetivação e construção de identidades - que se pode pensar numa experiência de sociedade que tende a ser privatizada em seus significados. O que se poderia dizer é que a experiência da insegurança, da instabilidade, da ameaça constante de pauperização que as condições vigentes no mercado implicam, ficam como que sem palavras para serem nomeadas fora de um sentido de injustiça vivido sob o signo de um destino pessoal construído na dimensão privada da vida social.

É nessa intersecção entre o trabalho, a cultura e a esfera dos direitos que me parece situar a questão da família na sua importância e na sua centralidade nas formas de vida das classes trabalhadoras urbanas. Questão, no entanto, que se esclarece na medida em que se reconhece que essa privação e exclusão não existe como condição genérica e homogênea. Explicita-se sobretudo quando se põe em foco as diversas situações de vida, de trabalho, de existência que constroem a singularidade das experiências vividas pelas mulheres, pelas crianças e pelos velhos, pelos trabalhadores sem emprego fixo e profissão definida, pelos desempregados, pelos subempregados e por todos aqueles que, por razões diversas, estão incapacitados para o trabalho. Experiências, portanto, que constroem as diversas figuras de classe, numa dinâmica em que se articulam práticas, representações e tradições, de tal forma que a diversidade que elas implicam não poderia ser reduzida às segmentações produzidas pelo mercado de trabalho.

O importante na identificação dessas figuras e da lógica que preside a sua construção é levar em conta que elas não são figuras vazias, mas representam dimensões substantivas da experiência da proletarização de parcelas majoritárias das classes trabalhadoras na sociedade brasileira - os salários baixos, as condições espoliativas de trabalho, o trabalho desqualificado e desvalorizado, a instabilidade ocupacional, o desemprego, o subemprego, além de toda teia de discriminações que, de formas diferenciadas, cada qual enfrenta em suas vidas. Experiência incorporada nas trajetórias individuais de homens e mulheres, adultos e crianças no mercado de trabalho e na vida urbana de uma maneira mais geral. Experiência também incorporada nas trajetórias familiares, na medida mesmo em que essas histórias individuais se articulam, no âmbito da família, num espaço compartilhado de significados. Dessa forma, a família não pode ser pensada como espaço homogeneizado nas suas funções de consumo e reprodução, tal como colocado pelos estudos que trabalham com a noção de estratégias de sobrevivência. Tampouco pode ser pensada como espaço homogeneizado na sua dimensão de sociabilidade e cultura, como muitas vezes sugerem os estudos que trabalham com a noção de modo de vida. Não se trata de negar que consumo e reprodução, sociabilidade e cultura sejam aspectos fundamentais da família trabalhadora. O que se está aqui propondo é uma outra via de entrada que, incorporando essas dimensões, parta das diferenças de sexo e idade que, no interior de um universo simbólico estruturado, se qualificam na construção das várias figuras familiares que se ordenam, se hierarquizam e se fixam em lugares naturalizados que definem o papel central do chefe provedor, que prescrevem o papel doméstico da mulher e a condição disciplinada e subordinada dos filhos.

Se essa construção diz respeito a representações e valores, é importante lembrar que estas não se esgotam e nem se determinam plenamente nos limites do espaço doméstico, pois remetem a toda uma dimensão instituída do social e no qual se pode ler o peso de tradições reatualizadas, reelaboradas e reconstruídas em espaços diversos, da família e do mercado, bem como do Estado e do campo jurídico no qual essas figuras também se determinam. Mas o que importa nisso é menos definir o perfil sociológico da família trabalhadora do que, através de suas figuras, identificar campos de experiências, de práticas, de relações e interações. É por essa via que se pode decifrar uma dinâmica em que mercado e família se articulam na produção de suas formas de vida. Sobretudo, é por essa via que se pode perceber que essa não é uma relação de determinação e causalidade. Mas uma relação construída historicamente e socialmente através de práticas estruturadas em espaços sociais diversos. E é justamente isso que ilumina a dimensão propriamente política inscrita em suas formas de vida. Se é possível ver na importância da família os registros de uma privatização das relações sociais, é preciso reconhecer que isso não independe de uma dinâmica histórica e

política e, por isso mesmo, não pode ser visto como algo fixo e plenamente objetivado. Daí a importância das lutas sociais, enquanto abertura de espaços públicos nos quais experiências diversas podem ser tematizadas, problematizadas e, por essa via, desprivatizadas enquanto condição comum que interpela a sociedade na formulação e exigência de direitos. É nessa articulação entre o privado e o público que identidades são construídas e reconstruídas, definidas e redefinidas, criadas e recriadas, num espaço de conflito em que as práticas de resistência, abertas ou surdas e cotidianas, nas suas vitórias e derrotas, sucessos e insucessos, para além do seu significado material em cada momento específico, redefinem e refundam tradições, reafirmam e reorientam práticas, elaboram e reelaboram valores e referências por onde homens e mulheres, em situações concretas de vida, percebem o seu lugar na sociedade e sobretudo percebem a eficácia de suas ações e de suas palavras na produção de fatos e acontecimentos que afetam ou podem afetar as circunstâncias de suas vidas.

São essas questões que orientam a discussão que se segue, através de uma análise centrada nas condições de vida e trabalho no início dos anos 80 em São Paulo¹. Momento de crise econômica e de desemprego, é uma conjuntura que parece explicitar toda a radicalidade implicada nas condições de vida das classes trabalhadoras. Essa análise tem como referência empírica dados de uma pesquisa realizada entre 1983 e 1985 pelo CEDEC em conjunto com o DIEESE sobre “Modo e Condição de Vida: uma análise das desigualdades sociais na Região Metropolitana de São Paulo”. O trabalho de campo foi realizado pelo DIEESE no primeiro semestre de 1981. Registra, portanto, o início de uma conjuntura de desemprego que iria atingir seus momentos mais críticos entre 1982 e 1983.

Em 1981, 63,6% das famílias existentes na região da Grande São Paulo não poderiam contar com exclusividade com seus chefes para a sobrevivência cotidiana, dada a insuficiência dos seus salários² ou então o seu afastamento do mercado de trabalho pelo desemprego ou então pela idade, aposentadoria ou doença (tabela 1). Apesar de muito gerais, esses dados são suficientes para indicar o quanto pode ser um imperativo para a sobrevivência familiar o trabalho das mulheres e filhos. De fato, em apenas 36% das famílias os chefes eram seus provedores exclusivos (tabela 2). É provável que esses dados contemplem

¹ Uma análise mais sistemática e detalhada dessas condições pode ser encontrada in Telles, 1988.

² Nessa pesquisa, as categorias de renda foram definidas tendo por referência o “salário mínimo necessário” (s.m.n.) elaborado pelo DIEESE, que contempla as necessidades de uma família composta por 4 membros. Portanto, define o patamar mínimo, abaixo do qual se caracterizam situações reais ou potenciais de pauperismo. Em 1981, o s.m.n. equivalia a 4,7 salários mínimos oficiais.

famílias cujos chefes tenham situações e trajetórias ocupacionais que lhes garantam condições mais favoráveis para a sobrevivência cotidiana e, nesse caso, a condição de provedores exclusivos pode significar escolhas em função de um projeto de vida estruturado. Porém, tudo indica que o mais freqüente são situações de vida em que a existência ou não de chefes provedores exclusivos é sobretudo condicionada pelas possibilidades maiores ou menores de contar com o trabalho dos outros membros da família. Nesse caso, depender apenas dos salários de seus chefes pode significar condições de vida extremamente precárias.

Tabela 1
Chefes de Família Ocupados, Desempregados e Inativos

Chefes de Família	Ocupados	PEA	PIA
Renda I (-1/2 s.m.n) (*)	22,2	20,8	16,7
Renda II (1/2 a 1 s.m.n.) (*)	29,5	27,7	22,2
Desempregados		6,2	5,0
Donas de casa			4,4
Aposentados			10,7
Encostados/inválidos			3,7
Outros			0,9
Total			19,7
Total	51,7	54,7	63,6

(*) Salário mínimo necessário/DIEESE.

Tabela 2
Famílias com Provedores Exclusivos

Provedores Exclusivos	Tipos de Família					Total
	Casal s/ filhos	Casal até 34 anos	Casal 35-49a	Casal 50 a+	Chefias femin.	
Chefes	35,6	66,4	29,0	8,5	24,2	36,0
Conjuges	6,6	2,4	2,0	0,8	0,0	2,5
Filhos 15 - 17 anos	0,0	0,0	0,5	4,5	9,0	2,1
Filhos 18 Anos +	0,0	0,0	4,0	8,3	9,2	6,4
Parentes	3,8	1,6	2,3	5,3	6,9	6,4
Total	46,0	70,4	37,8	27,4	49,3	53,0

É o que parece predominar no começo da vida familiar. É sabido que o nascimento e cuidado com os filhos pequenos é fator decisivo para a retirada da mulher do mercado de trabalho, de tal forma que na impossibilidade de contar com o trabalho de filhos mais velhos, a sobrevivência familiar depende principalmente dos seus chefes. Em 66% dessas famílias, os chefes eram seus provedores exclusivos e, como mostra Lilia Montalli, é entre elas que se pode verificar os maiores índices de pauperização, indicados por uma renda familiar per capita insuficiente (Montalli, 1985). Diferente é a situação das famílias mais velhas que, podendo contar com o trabalho de seus filhos adolescentes e sobretudo dos filhos adultos, têm mais chances para superar as fronteiras do pauperismo. Apenas 8,5% delas dependiam exclusivamente dos salários de seus chefes e é esse momento da vida familiar em que podem contar com o trabalho de um maior número de pessoas, seja para substituir os chefes quando esses se encontram afastados do mercado de trabalho, seja para complementar seus ganhos³.

É certo que esses dados são muito gerais e podem ocultar situações de vida e trajetórias sociais muito diferenciadas. De toda forma, a referência aos momentos da vida familiar importa para indicar que as condições de vida que se configuram num certo momento e que os dados de uma pesquisa empírica podem registrar são, na verdade, a corporificação de trajetórias familiares. E nessas, o trabalho das mulheres e filhos surge como evidências de que superar as fronteiras do pauperismo depende de um esforço coletivo empreendido no âmbito da família.

Porém, é essa mesma importância que mostra como são frágeis os arranjos familiares e o quanto a história familiar é construída sob o signo de uma ameaça permanente de pauperização, enquanto possibilidade real ou virtual posta em seus horizontes. São conhecidas as discriminações de sexo e idade existentes no mercado e isso significa que as condições que mulheres, crianças e adolescentes encontram pela frente criam dificuldades evidentes para a sobrevivência familiar: são pior remunerados, os mais instáveis e vulneráveis em conjunturas de desemprego, os mais desqualificados e desvalorizados no mercado de trabalho. E são também, por tudo isso, os principais candidatos às formas diversas de subemprego e trabalho precário.

O fato é que os dados do mercado de trabalho diferenciam claramente chefes e não chefes. A começar pelos patamares de remuneração: se 51,7% dos chefes ocupados não ganhavam o mínimo necessário para a sobrevivência familiar, essa era a situação de 84,2% dos não-chefes (tabela 3).

³ Para uma análise da relação entre renda e momentos da vida familiar, ver Montalli, 1985.

Tabela 3
Renda do Trabalho entre Chefes e Não Chefes

Renda Trabalho		Chefes	Não Chefes	Total
Situação potencial de pauperismo	I	22,2	58,5	42,8
	II	29,5	25,7	27,3
Subtotal		51,7	84,2	70,1
Acima do mínimo de subsistência	III	48,3	15,8	29,9
Total		100,0	100,0	100,0

E se a baixa qualificação é a marca predominante do mercado de trabalho, se essa era a situação vivida por quase metade dos chefes ocupados, é possível dizer que é uma condição definidora do trabalho infantil e feminino: 65,3% das mulheres casadas e 88,3% dos filhos menores de 18 anos estavam, em 1981, absorvidos nas escalas mais baixas de qualificação (tabela 4). Quanto aos filhos adultos, a proporção dos que encontravam no mercado a alternativa do trabalho pouco ou nada qualificado chegava a ser equivalente à das mulheres casadas (64%). A diferença em relação a elas está no fato de um maior acesso às atividades semiqualficadas (46% vs. 31%), numa proporção que é próxima à verificada entre os filhos menores (42,7%) e significativamente maior em relação aos chefes de família (27,1%). E nisso, o que fica claro são as condições especialmente adversas em que se encontram os trabalhadores mais jovens e com pouca experiência, que entram, por isso mesmo, no mercado de trabalho através dos patamares mais baixos de qualificação e remuneração, que são absorvidos em atividades por definição instáveis, submetidos às práticas conhecidas de rotatividade nas empresas, em que o trânsito permanente pelo mercado de trabalho deve significar dificuldades nada pequenas para uma carreira profissional ou pelo menos para o acesso a funções que lhes garantam condições mais seguras de trabalho.

Tabela 4
Qualificação entre Chefes e Não Chefes

	Chefes	Cônjuges	Filhos 18 anos	Filhos 18 anos +	Total
Não qualificados	18,7	34,2	45,6	18,0	23,8
Semi qualificados	27,1	31,1	42,7	46,1	35,1
Qualificados	20,0	7,7	6,2	17,4	15,8
Técnicos	9,6	11,7	2,6	11,2	9,5
Chefes	15,5	5,7	0,9	5,4	9,3
Outros	9,1	9,6	2,0	1,9	6,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

O fato é que a condição de idade e sexo dos chefes provedores deve lhes valer maiores oportunidades num mercado em que qualificação depende de uma experiência de trabalho adquirida sobretudo no exercício mesmo de suas funções. E se isso é fundamental para as maiores chances de um trabalho melhor remunerado, deve ter sido fundamental também para que, mesmo numa conjuntura de desemprego, como a que acontecia em 1981, tenham sido mais preservados em seus empregos ou, quando demitidos, tenham ficado menos tempo a procura de um novo emprego: enquanto 6,2% dos chefes mobilizados para/no mercado de trabalho estavam desempregados, essa era a situação de 18,7% das mulheres casadas, 58,5% dos filhos de 10 a 14 anos, 53,7% dos adolescentes de 15 a 17 anos e 17,5% dos filhos adultos (tabela 5). É preciso, no entanto, tomar essas evidências com um certo cuidado. Pois esse “privilégio” que os chefes encontram no mercado de trabalho é algo muito relativo. Se foram mais preservados naqueles anos de crise e recessão econômica, isso não quer dizer que a instabilidade ocupacional, a mudança sucessiva de empregos e a ameaça de deterioração de suas condições de trabalho e salário não seja uma característica de sua história ocupacional ou, no mínimo, uma ameaça permanente em seus horizontes de vida. Além de relativa, é também provisória, pois estando associada à sua condição de idade, encontra seu limite nos estigmas que constroem a figura do trabalhador velho e pouco produtivo.

Tabela 5
Subemprego e Desemprego entre Chefes e Não Chefes Ativos

	Chefes	Cônjuges	Filhos 10-14 a.	Filhos 15-17 a.	Filhos 18 a. +
Subempregados	5,3	26,2	22,5	17,3	6,8
Desempregados	6,1	18,7	58,5	36,4	17,5
Total	11,4	44,9	81,0	53,7	24,3

Base: PEA.

De toda forma, o que parece claro é que as condições vigentes no mercado de trabalho constroem a centralidade dos chefes como provedores principais de suas famílias. Centralidade que não quer dizer, muito pelo contrário, condições suficientes e é precisamente isso que mostra o quanto depender do trabalho das mulheres e filhos na composição da renda familiar é registro evidente da insegurança, da instabilidade e da precariedade inscrita em suas condições de vida. Em outras palavras, se o trabalho das mulheres e filhos pode ser importante para as condições de um consumo garantido dia após dia, se pode ainda ser importante para escapar das condições mais extremas da pobreza, certamente não é suficiente para impedir os riscos da pauperização quando seus chefes encontram condições adversas no mercado de trabalho. Mais desqualificados e pior remunerados que os chefes provedores, há indicações claras de serem o desemprego e o subemprego dimensões constitutivas de suas trajetórias no mercado de trabalho. De fato, enquanto 11,4% dos chefes de família viviam uma condição de precariedade em função do desemprego ou da alternativa do trabalho sub-remunerado e sem vínculo legal, essa era a situação em que se encontravam 44,9% das mulheres casadas, 81% dos filhos de 10 a 14 anos, 53,7% dos adolescentes de 15 a 17 anos e 24,3% dos filhos adultos (tabela 5).

Mesmo tendo sido colocados de uma forma muito geral, os dados sobre remuneração, qualificação, desemprego e subemprego dão uma medida das condições diferenciadas que homens e mulheres, adultos e crianças encontram no mercado. Diferenciações que não têm a ver com atributos objetivos de sua força de trabalho, mas com práticas, representações e tradições que constroem as diferenças de sexo e idade no mercado de trabalho. As condições especialmente desvantajosas que mulheres e crianças encontram no mercado são evidências das formas como um conjunto de representações associadas aos papéis familiares são instrumentalizadas na produção de uma força de trabalho estigmatizada por sua desqualificação e desvalorização, enquanto condição naturalizada e projetada da esfera

doméstica. Do ponto de vista das questões que estão sendo aqui discutidas, seria possível dizer que o mercado constrói as evidências - os salários baixos, o emprego instável, o trabalho desqualificado e desvalorizado - que fundam a lógica de verdade na qual se ancoram as representações do trabalho feminino e infantil como secundário e menos importante em relação aos chefes provedores. Isso significa dizer que as condições vigentes no mercado de trabalho refundam tradições que não são de agora na produção de sua verdade, com verdade de fato, reconhecível nas evidências que constroem a centralidade dos chefes na vida familiar. E é justamente isso que mostra o quanto as dificuldades de realização do modelo do chefe provedor explicita todo o drama que pode estar contido nas condições vividas pelas famílias trabalhadoras. Drama que se qualifica por referência a um universo simbólico no interior do qual identidades são construídas e que faz do chefe de família uma figura plena de conteúdo moral, que faz dele um sujeito que se reconhece e é reconhecido pelo outros na medida em que, através de seu trabalho, garante a sobrevivência de seus familiares.

Nessa perspectiva, os menores índices de desemprego entre os chefes de família também poderiam ser tomados como indicações de um esforço empreendido no sentido de permanecer o menos tempo possível afastado do mercado de trabalho. É o que mostra, por exemplo, pesquisa realizada por John Humphrey e Helena Hirata sobre as trajetórias de trabalhadores metalúrgicos que foram demitidos entre os anos de 1981 e 1983 (Hirata & Humphrey, 1987). No caso dos chefes de família, eles não hesitaram em submeter-se a trabalhos mais desqualificados, desvalorizados e pior remunerados, mesmo não perdendo a perspectiva de, num momento posterior, voltarem às suas funções originais. Encontrar alternativas possíveis, a qualquer custo, mesmo que precárias e provisórias, parece ser um exigência para a defesa de uma identidade montada em torno de sua condição de provedor. Para além das conseqüências perversas que pode acarretar para a sobrevivência familiar, é toda uma noção de respeitabilidade que parece ser afetada pela vivência do desemprego. E sobretudo, uma noção de dignidade em que a condição de provedor se articula à de trabalhador honesto, capaz de fazer frente a todas as adversidades. São vários os pesquisadores que têm mostrado o quanto o trabalho ganha, entre as classes trabalhadoras, significado por referência aos valores familiares. É a ética do provedor, de que fala Alba Zaluar ou ideal de obrigação, na formulação de Luiz Fernando Duarte, que define um conteúdo moral que se qualifica na noção de respeitabilidade daquele que é capaz de garantir a manutenção da casa e prover dignamente a sobrevivência de seus familiares (Zaluar, 1985; Duarte, 1986).

É nessa representação em que o trabalho e a família interagem na montagem de uma noção de dignidade que talvez se explicitem as dimensões mais perversas que esses homens encontram no mercado por conta dos constrangimentos impostos, pelo menos para a grande maioria dos trabalhadores urbanos, pelo trabalho desqualificado e desvalorizado,

pelo salário insuficiente, pela instabilidade ocupacional e pelo desemprego periódico. E quanto a isso, os dados disponíveis sobre mercado de trabalho são eloqüentes. O trabalho pouco ou nada qualificado que predomina no mercado - 58,9% dos trabalhadores ocupados estavam absorvidos em atividades não ou semiqualficadas - é, com todas as evidências, elemento definidor da precariedade de suas condições de vida. De um lado, pelos salários insuficientes para a sobrevivência familiar: 93% dos não qualificados e 84% dos semiqualficados ganhavam menos que o necessário para a sobrevivência familiar (tabela 6). De outro lado, pela insegurança e instabilidade ocupacional que essa condição de trabalho implica⁴.

Num certo sentido, a conjuntura de desemprego que caracterizava o ano de 1981, momento em que os dados dessa pesquisa foram obtidos, ajuda a precisar o significado que pode ter a desqualificação numa sociedade como a brasileira. Pois o que fica claro é que o desemprego daquele ano não atingiu a todos indiferenciadamente. Tomando-se por referência o mercado de trabalho assalariado 10,4% dos trabalhadores perderam seus empregos naquele período. Porém, o desemprego atingiu 20,8% do pessoal sem nenhuma qualificação, o dobro portanto, da média verificada no mercado. Representavam 51% do total dos assalariados demitidos e se acrescentarmos os que exerciam atividades semiqualficadas - 10,5% deles foram demitidos - essa proporção sobe para 84,5%. A partir daí, as taxas de desemprego diminuem de forma evidente conforme aumentam os níveis de qualificação (tabela 7).

Tabela 6
Renda Trabalho por Nível de Qualificação

Renda Trabalho	Nível de Qualificação					
	Não qualif.	Semi	Qualif.	Técnico	Chefes	Outros
- de 1/2 s.m.n. - I	76,8	46,7	20,2	8,0	10,0	39,1
1/2 a 1 s.m.n. - II	16,2	37,3	33,1	22,1	17,0	26,4
Subtotal	93,0	84,0	53,3	30,1	27,0	65,5
1 s.m.n. ou + - III	7,0	16,0	46,7	69,9	73,0	34,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Essa grande partilha das águas que diferenciam qualificados e não-qualificados atravessa todo o mercado de trabalho. E é isso precisamente que torna claro que a desqualificação foi critério manipulado pelas empresas para fazer face à recessão

⁴ Para um detalhamento desses dados por idade e sexo, ver Telles, 1988.

econômica. Atividades rotineiras e pouco diferenciadas entre si, não deve ser difícil para as empresas redimensioná-las, transferir gente para substituir num regime mais intenso de trabalho aqueles que foram demitidos e, finalmente, contratar novos trabalhadores num momento posterior de recuperação econômica. E é isso precisamente que indica ser a instabilidade ocupacional algo constitutivo de suas trajetórias no mercado de trabalho. É sobretudo sobre eles que recai a prática da rotatividade que, como se sabe, é generalizada entre as empresas como estratégia de rebaixamento de salários e disciplinamento da mão de obra empregada. Em outras palavras, se a conjuntura de recessão daquele ano atingia especialmente esses trabalhadores, isso não quer dizer que o desemprego fosse uma experiência nova em suas trajetórias. E os dados sobre permanência nos empregos anteriores dão indicações claras nesse sentido: 78,1% dos não qualificados e 77% dos semiquilificados ficaram menos de um ano em seus empregos anteriores (tabela 7).

No entanto, se tudo indica ser a qualificação uma clivagem importante no mercado de trabalho, esta precisa ser melhor esclarecida. É sabido hoje que a desqualificação não tem a ver com atributos da força de trabalho disponível no mercado, mas que é “produzida” por

Tabela 7
Desemprego entre Ex-assalariados por Nível de Qualificação

Ex-assalariados	Em porcentagem					
	Não qual.	Semi	Qualif.	Técnico	Chefes	Total
Taxa de desemprego	20,8	10,5	5,2	2,9	5,1	10,4
% sobre o total	51,0	33,5	7,4	2,3	4,4	100,0
Tempo permanência no emprego anterior						
- de 6 meses	64,8	42,9	39,4	18,2	21,0	53,8
6 meses a 1 ano	13,3	24,1	9,4	14,7	17,0	16,7
1 ano a 2 anos	14,5	16,9	31,0	23,7	14,6	17,3
2 a 3 anos	5,4	9,2	4,4	29,2	0,0	7,2
mais de 3 anos	2,0	6,9	15,8	14,2	47,4	5,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(*) Inclui “outros”.

Tabela 7B
Desemprego entre Ex-assalariados por Faixa de Idade

Ex-assalariados	- de 18 anos	18-34 anos	35-49 anos	50 anos e +	Total
Taxa de desemprego	6,3	11,8	5,4	4,2	10,4
% sobre o Total	26,0	59,4	11,6	3,0	100,0
Tempo permanência no emprego anterior					
- de 6 meses	80,2	45,5	23,0	56,2	53,8
6 meses a 1 ano	8,5	21,2	16,9	0,0	16,7
1 ano a 2 anos	8,1	17,8	36,4	11,9	17,3
2 a 3 anos	1,4	8,0	9,7	23,8	7,2
Mais de 3 anos	1,8	7,5	14,0	8,1	5,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

um processo de trabalho regido pelo princípio da rotinização das tarefas, pela ampla utilização de uma força de trabalho barata e facilmente substituível. Mas as pesquisas mostram também que essas características não são derivadas de opções técnicas e neutras do capital, em função dos imperativos da produtividade. Afonso Fleury, por exemplo, ao pesquisar empresas de tamanhos e características técnicas diferentes, encontrou em todas elas o mesmo esquema e é isso que o leva a afirmar que o critério de organização do trabalho é determinado por uma certa postura frente ao sistema social. Partem do suposto de uma mão-de-obra incompetente, irresponsável, incapaz, mas potencialmente reivindicante e o processo de trabalho “não é organizado de forma a utilizar a mão-de-obra de uma maneira eficiente, mas sim de forma a desqualificá-la e desorganizá-la, minimizando a possibilidade de surgimento dos conflitos dentro da empresa” através da prática sistemática de rotatividade (Fleury, 1980). Elisabeth Sztutman, por sua vez, mostra que a rotatividade não se faz sem critérios e que estes se vinculam aos princípios disciplinares que regem as práticas de recrutamento, seleção e promoção e que estão incrustados nas formas como são definidas as hierarquias de salários, cargos e funções. Dessa forma, o acesso a funções mais valorizadas e melhor remuneradas pouco depende do mérito ou das capacidades efetivas de trabalho, mas do tempo de casa, o que significa dizer que depende da passagem por uma teia de filtros disciplinares por onde vai se definindo a imagem do “bom trabalhador” (Sztutman, 1981). É esse um esquema que afeta sobretudo os trabalhadores absorvidos nas

escalas mais baixas da hierarquia funcional. São trabalhadores que conseguem permanecer muito pouco tempo em seus empregos, que são, por isso mesmo, estigmatizados por sua suposta menor produtividade e capacidade para o trabalho, que não conseguem se fixar num único tipo de atividade e acumular uma experiência que os credencie - ao menos potencialmente - para atividades mais qualificadas e melhor remuneradas. Mas é um esquema que atinge também os que são recrutados e selecionados para as funções mais qualificadas. Se é verdade que a experiência prévia de trabalho, o acesso eventual a cursos de treinamento e formação técnica ou então o maior tempo de casa lhes garante vantagens relativas, também é verdade que essas se esgotam rapidamente já que são estreitos os horizontes para uma ascensão profissional ou então para melhorias salariais mais efetivas (Sztutman, 1981; Humphrey, 1982). Nesse caso, a mudança de emprego pode ser a única alternativa para se obter melhores condições de trabalho e salário. De outro lado, são vantagens que não alteram um padrão geral em que predominam os salários baixos, a desqualificação e a rotatividade. Nesse sentido, é significativo o fato de que mais da metade dos trabalhadores qualificados (53%) ganhassem menos que o necessário para a sobrevivência familiar (tabela 6). E se entre eles as taxas de desemprego são menores, isso não quer dizer que foram preservados do desemprego, pode significar apenas que, por conta de sua maior experiência e qualificação, encontraram menores dificuldades para obter um novo emprego e ficaram, portanto, menos tempo afastado do mercado de trabalho. E nesse caso, os dados sobre tempo de permanência no emprego anterior são importantes pelo que revelam de uma instabilidade que, se não tem as mesmas características e a mesma escala dos demais, é bastante elevada: 76,3% dos qualificados desempregados ficaram menos de 2 anos em seus empregos anteriores (tabela 7). Finalmente, vale lembrar que os dados disponíveis dessa pesquisa registram o início de uma conjuntura de desemprego e é sabido que, já a partir do 2º semestre de 1981, os mais qualificados foram atingidos em grande escala e que, mesmo para eles, as ofertas de emprego disponíveis para um retorno ao mercado de trabalho ficaram extremamente restritas.

Não seria o caso aqui de fazer uma discussão detalhada sobre o processo de trabalho, mas somente chamar atenção para uma condição de trabalho em que o conflito é exteriorizado através da demissão, contraface evidente de uma cidadania inexistente. Do ponto de vista dos que fazem a experiência do mundo fabril, essas condições parecem significar a quebra das reciprocidades que se espera nas relações de trabalho. Daí sentimento de injustiça e indignação e quando não de humilhação na experiência de um trabalho ao qual se recusa, sistematicamente, qualquer nível de reconhecimento por conta de salários que estão aquém de suas necessidades de sobrevivência, que não são equivalentes ao esforço empreendido, que não correspondem às funções reais exercidas,

que são menores dos que ganham trabalhadores com funções iguais ou equivalentes; por conta de uma capacidade de trabalho que não encontra chances numa hierarquia de funções que limita as possibilidades de ascensão profissional, de promoções esperadas que não chegam ou que não são registradas em carteira de trabalho ou, ainda, que não respeitam o critério de mérito na escolha dos contemplados; por conta das normas disciplinares arbitrárias na sua formulação e nas formas de sua execução e por conta ainda da demissão injusta e injustificada⁵. Sentimento de injustiça que, na ausência de espaços nos quais possa ser traduzida na exigência de direitos enquanto reconhecimento de uma dignidade ameaçada, permanece sem palavras fora dos códigos morais que regem suas histórias pessoais⁶. É nesse sentido que se pode pensar numa experiência que é privatizada em seus significados.

É isso precisamente que revela Robert Cabanes ao analisar a narração que esses trabalhadores fazem de suas histórias. São histórias em que a mudança periódica de emprego e a passagem freqüente por situações diferentes de trabalho, são contadas como evidências da qualidade moral de alguém que não se submeteu a relações de trabalho que afetavam a sua honra e dignidade de trabalhador responsável, que não vacilou na busca de alternativas melhores quando as chances se revelaram restritas demais nos empregos por que passou, que não se abateu perante adversidades de todos os tipos e foi capaz de garantir condições dignas de vida para seus familiares. Se para os trabalhadores qualificados, essa história é tecida na lógica daquele que, “apesar de tudo”, foi bem sucedido no esforço de uma ascensão social identificada com uma carreira profissional consistente, se para eles é possível, como mostra Cabanes, uma identificação positiva com o trabalho na medida em que reconhecem aí o lugar por onde constroem o seu destino, para os demais esta história aparece como provas de seus limites. Como diz Cabanes, para esses “eternos debutantes” no mercado de trabalho, sempre “au rez-de-chaussée” da classe operária, para quem a empresa não é mais que um “lugar de passagem”, “lugar de socialização provisória e transitória”, a experiência do trabalho se transfigura numa consciência dos limites. E também num sentimento de impotência que chegam mesmo a projetar para o conjunto do meio operário - Cabanes fala de uma “racionalização coletiva de uma impotência individual” -, na percepção de uma inviabilidade do movimento sindical, incapaz de garantir ganhos aos trabalhadores frente a uma relação de forças percebida como inevitavelmente desfavorável (Cabanes, 1986). Se o mundo do trabalho não se configura como referência valorizada positivamente, ao que tudo indica, a vida familiar, para esses trabalhadores, se

⁵ Para uma descrição desses mecanismos de organização do processo de trabalho e de sua função disciplinar, ver Sztutman, 1981.

⁶ Para uma discussão da relação do movimento operário e sindical com a noção de dignidade operária, ver Abramo, 1988.

transforma numa espécie de ponto fixo em torno do qual um projeto de vida se torna plausível, em torno do qual uma biografia pode ser contada em seus fatos e acontecimentos significativos e em torno do qual, ainda, suas identidades podem ser estruturadas. Deve ser a esse tipo de experiência que Alba Zaluar se refere quando diz que é apenas no interior de uma ética do provedor que os trabalhadores conseguem conferir sentido e encontrar alguma dignidade em suas vidas. Na mesma direção vão as conclusões de Cabanes quando diz que para esses trabalhadores, o futuro, enquanto projeto de vida, se reporta à vida familiar na esperança que seus filhos tenham as chances de que se percebem privados. E o que chama a atenção no estudo de Cabanes é o quanto essa representação condiciona suas escolhas e suas estratégias de vida, nas formas como manipulam as alternativas possíveis no mercado de trabalho, por mais limitadas que estas sejam. Sem perceber possibilidades de progresso profissional, creditando muitas vezes essa impossibilidade à ausência de estudo, suas trajetórias são construídas através de escolhas em que a avaliação que fazem das empresas em que trabalham, de suas condições e relações de trabalho, subordina-se às suas estratégias fora do trabalho, desde o tempo e as despesas com transporte, a proximidade eventual com o seu local de moradia, a possibilidade de investir tempo e recursos na auto-construção de suas casas, até as possibilidades de contar com o trabalho de suas mulheres e filhos, bem como as chances diferenciadas que a relação casa-trabalho abre para o exercício de atividades complementares no mercado informal de trabalho.

É do ponto de vista dessas trajetórias que o desemprego mostra o lado perverso dessa privatização de experiências, na medida em que termina por romper todas as reciprocidades por onde esses trabalhadores - qualificados e desqualificados - constroem uma noção de plausibilidade para suas vidas. Equivale à perda de um lugar no mundo. De um lado, porque sua noção de dignidade é atingida por uma condição que se transfigura rapidamente no sentimento de fracasso, de inutilidade e de incapacidade. Conforme nos relata Paula Stroh em sua pesquisa sobre o movimento de desempregados que emergiu em 1983, se o desemprego atinge o núcleo mesmo da representação que esses homens fazem de si próprios, como trabalhadores e provedores familiares, atinge também a teia de relações nas quais esses homens estão envolvidos e por onde o seu mundo se estrutura. Sem vínculos com o mundo fabril, na medida mesmo em que a perda do trabalho acarreta também a perda do vínculo sindical, na família é a sua autoridade moral como provedor que é posta em questão. Na medida em que as dificuldades da sobrevivência se agravam, o estigma do “fracassado” e do “inútil” perpassa as relações familiares e se desdobra, sobretudo na percepção de suas mulheres, na suspeita (ou acusação aberta) de uma recusa persistente ao trabalho (Stroh, 1989). E nisso, o que se evidencia é o quanto a criminalização do trabalhador desempregado é entranhada na sociedade, na figura daqueles que vivem a

ambivalência própria dessa fronteira incerta entre a legalidade e a ilegalidade dos expedientes de que lançam mão para garantir a sobrevivência cotidiana (os “bicos” e atividades no mercado informal de trabalho) e, sobretudo, entre a legitimidade e ilegitimidade de suas formas de existência.

É nessa perspectiva que se pode avaliar a importância do movimento dos desempregados que se estruturou a partir de 1983, após uma onda de saques e manifestações marcadas pela violência com que foram recebidas pelas autoridades públicas. Mais do que um protesto contra a condição de miserabilidade em que foram jogados, a luta contra o desemprego significou sobretudo, a defesa de uma identidade ameaçada e que exigia a conquista de direitos inexistentes. E isso significava concretamente a desindividualização do desemprego como problema que cada qual teria que enfrentar na medida de suas possibilidades, recursos e capacidades individuais, nem que para isso fosse necessário lançar mão do trabalho de suas mulheres ou então de bicos provisórios, do trabalho precário no mercado informal ou mesmo de expedientes ambíguos na sua legalidade e legitimidade. Significava, portanto, o estabelecimento de um outro pacto com a sociedade, cobrando dela, através das reivindicações dirigidas ao Estado e às empresas, mais do que a solidariedade, as suas res-ponsabilidades diante de circunstâncias que comprometiam a vida de milhares de pessoas⁷. Mas, como mostra Stroh, as dificuldades que esse movimento encontrou para encontrar um espaço de negociações por onde suas demandas pudessem ser reconhecidas como direitos legítimos, as poucas ou quase nulas conquistas obtidas, a criminalização de suas manifestações, a desconfiança ou, no mínimo, a ambiguidade da chamada opinião pública que hesitava entre a imagem do trabalhador, do vagabundo e do criminoso em potencial, a ambivalência de sindicatos e partidos que evitaram, o tempo todo, assumir a sua representação, é certamente reveladora de uma sociedade com uma cultura política de fortes traços corporativos e que, na lógica da cidadania regulada de que fala Wanderley Guilherme dos Santos (Santos, 1979), construiu uma noção restrita e extremamente excludente e segregadora de legitimidade.

Muito mais poderia e deveria ser dito sobre a trajetória que esses trabalhadores fazem no mercado de trabalho. Uma análise mais aprofundada certamente teria que dar conta com mais cuidado dessa clivagem fundamental que parece se estabelecer entre qualificados e não-qualificados, do ponto de vista de suas trajetórias, dos sentidos atribuídos à condição operária, das relações que estabelecem com o trabalho e também com o movimento sindical. Porém, o que foi aqui colocado é suficiente para indicar que o mundo

⁷ Sobre o significado dos direitos sociais do ponto de vista da instituição de um novo modo de estruturação das relações sociais, ver Ewald, 1986.

do trabalho não é, como fica sugerido em alguns textos (Durham, 1980), regido por uma racionalidade instrumental muda de significados, em contraposição ao qual a família se qualificaria na sua importância como um espaço pleno de positividade porque geradora de sentido, de identidades, de sociabilidade e solidariedade. Ao contrário disso, as pesquisas mostram que os trabalhadores encontram um sentido positivo àquilo que fazem no interior do espaço fabril, expresso na auto-representação daquele que se percebe capaz de fazer um “trabalho bem feito” e que, no caso dos qualificados, como mostra Souza Lobo (Lobo, 1989; Cabanes, 1988) se traduz na valorização das tarefas, das promoções e da carreira. As pesquisas mostram também que por entre a teia de diferenciações e segmentações introduzidas por um processo de trabalho que busca individualizar cada trabalhador em seu posto de trabalho, se estruturam práticas individuais e coletivas contra as opressões cotidianas e por onde esses trabalhadores conseguem elaborar um sentido comum à condição operária (Maroni, 1982; Lopes, 1978) e recuperar uma noção de dignidade que os articula como coletivo frente ao capital (Abramo, 1988). O problema é quando esse sentido não encontra códigos para ser reelaborado enquanto formulação de direitos que, para serem reconhecidos, exigem um espaço público de pertencimento no qual possam aparecer como sujeitos de razões e vontades, de aspirações, demandas e reivindicações reconhecíveis na sua legitimidade.

Se é possível identificar na trajetória que qualificados e não-qualificados fazem no mercado de trabalho uma experiência que tende a ser privatizada em seus significados, no caso das mulheres e crianças há uma dupla privatização pelas vias de uma espécie de desconhecimento de sua condição de trabalhadores. É como se as virtualidades do trabalho enquanto forma legítima de existência social, só se realizassem plenamente no homem adulto, na figura do “trabalhador honesto” e “pai de família responsável”. Quanto às mulheres e crianças, por mais que sua presença no mercado de trabalho tenha aumentado nas duas últimas décadas (Bruschini, 1986; Spindel, 1986), por mais que essa presença não seja transitória e passageira, mas constitutiva mesmo de sua composição, por maior que seja a importância de seu trabalho para a sobrevivência familiar, é como se não se constituíssem plenamente como trabalhadores, já que são reconhecidos numa forma de existência que define a família como seu lugar natural, normal e legítimo de existência. É precisamente isso que torna visíveis as hierarquias simbólicas que perpassam o mundo do trabalho, que se objetivam nas formas diferenciadas de sua absorção no mercado através de práticas

empresariais que instrumentalizam as representações tradicionais sobre a condição de sexo e idade, mas que também estão inscritas nos códigos pelos quais trabalhadores e trabalhadoras percebem, interpretam e julgam suas relações de trabalho, nas suas dimensões cooperativas ou conflitivas. De toda forma, é nesse desconhecimento que se determinam as condições adversas que mulheres e crianças encontram no mercado de trabalho. Na instrumentalização de seus papéis familiares, se produz uma força de trabalho percebida, para usar a expressão de Claus Offe, pelas suas qualidades sociais atribuídas e por onde se justifica e se legitima uma forma de absorção no mercado de trabalho regida pelas vantagens (reais ou supostas) oferecidas por uma mão de obra que além de barata e facilmente substituível, é também dócil, pouco reivindicante e com pouco poder de barganha (Offe, 1989).

No caso das mulheres, é hoje sabido que suas formas de inserção no mercado de trabalho são inteiramente regidas por uma identidade doméstica que constrói a imagem de uma trabalhadora por definição instável, para quem a passagem no mercado de trabalho é transitória, para quem ainda o salário é secundário para a sobrevivência familiar e cujas qualificações para o trabalho não dependem de um aprendizado construído na experiência do trabalho, mas de atributos naturais próprios de sua condição de sexo. Daí a conhecida valorização da mão-de-obra feminina pelo seu sentido de disciplina, pela sua destreza, habilidade e rapidez na execução de tarefas que exigem atenção, etc. Como diz Danielle Kergoat, as qualificações femininas, sendo consideradas inatas e não adquiridas, são vistas como fatos da natureza e não da cultura e é isso que legitima socialmente essa reiterada recusa de reconhecimento da experiência que são capazes de adquirir através do trabalho (Kergoat, 1986).

Na prática, a predominância de sua figura doméstica significa para a mulher a inviabilidade ou quase inviabilidade de uma carreira profissional no mercado de trabalho. Do relativo privilégio que a idade pode garantir aos homens em função de uma maior experiência de trabalho, as mulheres estão virtualmente excluídas. De um lado, porque as exigências da vida familiar lhes impõem uma trajetória ocupacional marcada pela descontinuidade, de modo que, ao contrário do que ocorre com os homens, idade e experiência não se articulam numa relação provável, a idade aparece numa relação com sinais trocados, tal como um credenciamento em negativo para o mercado de trabalho. De outro, porque pouco importa a experiência de trabalho acumulada para uma força de trabalho cujas qualidades são referidas ao seu lugar fora do mercado e por onde se processa a conhecida desvalorização do trabalho feminino numa projeção de sua figura doméstica no que os autores chamam de feminilização dos setores e funções em que são absorvidas.

Hirata e Humphrey mostram, por exemplo, que nas indústrias, além de ganharem menos que os homens, mesmo quando exercem atividades equivalentes, as mulheres não

são contempladas pelas políticas de promoção. Se para os homens entrar como ajudante numa empresa pode significar apenas uma fase transitória para funções mais qualificadas e melhor remuneradas, esta é a primeira e última possibilidade para as mulheres, fixadas nos postos mais baixos da hierarquia funcional, numa situação que independe do tempo de permanência que conseguem eventualmente em seus empregos, da mesma forma como independe de sua experiência anterior de trabalho. Absorvidas no interior de uma divisão sexual do trabalho que separa nitidamente funções e seções exclusivamente (ou quase) masculinas e femininas, as mulheres são homogeneizadas pelo caráter rotineiro e indiferenciado das atividades que executam e pelos patamares mais baixos de remuneração a que são submetidas (Hirata & Humphrey, 1984).

Os autores mostram ainda que no interior dessas empresas, as diferenças entre homens e mulheres são percebidas por ambos, sem que por isso ponham em questão a sua justiça ou legitimidade. As mulheres percebiam suas condições de trabalho como mais favoráveis em comparação com o trabalho masculino, visto como mais pesado, mais perigoso, mais estafante, mais sujo. E quanto aos homens, “pareciam quase orgulhosos das más condições de trabalho e dos aspectos perigosos de suas atividades e raramente viam seus mais altos salários como uma injustiça”. São constatações que Hirata e Humphrey fizeram nas empresas pesquisadas, mas é razoável supor que sejam generalizáveis para o conjunto do mercado de trabalho. Pois essas avaliações sugerem que, na diferença evidente que se estabelece entre homens e mulheres, há ao mesmo tempo uma invisibilização da discriminação a que são submetidas as mulheres. Na verdade, não há uma medida comum que torne evidente e perceptível a injustiça cometida contra uns e outros. E a questão fica particularmente clara na armadilha contida na clássica reivindicação do salário igual para trabalho igual. Pois homens e mulheres não fazem as mesmas coisas, não trabalham nas mesmas seções, não ocupam as mesmas funções. E nos poucos casos em que isso acontece, quando suas tarefas são ao menos equivalentes e semelhantes, “é bastante comum que denominações de cargo diferentes sejam dadas aos femininos opondo-as aos masculinos e outras características distintivas sejam criadas pelas chefias para o trabalho masculino de forma a justificar o tratamento diferenciado dos operários e operárias”.

Porém, talvez mais importante do que as características de um processo de trabalho que as desqualifica, introduz clivagens e diferenciações nítidas entre homens e mulheres, são as hierarquias simbólicas por onde as mulheres percebem seu trabalho, na sua diferença em relação aos homens. Não se trata tanto, como diz Elisabeth Souza Lobo, de que as mulheres se percebam menos capazes e competentes que os homens, a diferença não diz respeito ao conteúdo das tarefas, mas sobretudo a qualidades morais que fazem a superioridade masculina numa vontade e num querer que lhes garante o acesso às funções mais

qualificadas, da mesma forma como lhes permite recusar as atividades mais penosas e mais desvalorizadas. Na fala das mulheres entrevistadas por Souza Lobo, a resistência masculina é descrita como afirmação de poder, a das mulheres como irresponsabilidade, negligência e falta de interesse (Souza Lobo, 1989). Robert Cabanes, por sua vez, chama atenção para o fato de que as mulheres valorizam seus postos de trabalho, mas ao contrário dos homens que se sentem autorizados a falar e a julgar suas relações de trabalho, as mulheres se recusam a isso, como se a empresa não fosse o seu lugar, fixando-se, dessa forma, no caráter individual e individualizante de cada tarefa, neutralizando por essa via as relações cooperativas ou conflitivas que constituem o mundo fabril (Cabanes, 1988). É nisso que se reafirma de uma hierarquia vista como inevitável, que se legitima na medida de sua naturalização e por onde as mulheres como que neutralizam o conflito nessa espécie de ocultamento da dimensão arbitrária inscrita nas formas concretas de sua discriminação no interior do espaço fabril.

De toda forma, a organização do processo de trabalho deve operar como uma espécie de declaração oficial da inferioridade feminina. E a conjuntura de desemprego de 1981 torna isso particularmente visível. As mulheres foram particularmente atingidas no emprego industrial: 18,9% delas perderam seus empregos, numa proporção que é praticamente o dobro da verificada entre os homens (9,7%) e na grande maioria dos casos, ficaram menos de um ano em seus empregos anteriores, numa proporção muito maior do que a verificada entre os homens (72,6% vs. 59,1%) (tabela 8).

Se a experiência adquirida em seu trabalho e em suas trajetórias não as credenciam perante o mercado, a imagem de provedora secundária é claramente instrumentalizada nas práticas empresariais de demissão e na conjuntura de desemprego daqueles anos foi, se não critério generalizado, pelo menos critério comum adotado nas empresas para definir aqueles que deveriam ser prioritariamente demitidos. De fato, nas empresas pesquisadas por Hirata e Humphrey, havia a preocupação de preservar, entre os trabalhadores homens, os mais qualificados - o que significa dizer, trabalhadores mais velhos e mais experientes - e isso mesmo quando, de um ponto de vista estritamente técnico, não seria necessário para manter atividades em retratação. Em segundo lugar, havia também uma explícita preferência dada aos chefes de família, em nome de sua condição de provedores. No caso das mulheres, indiferenciadas em sua desqualificação, a idade e experiência não eram garantia de uma maior estabilidade. Tampouco sua condição de provedoras foi levado em conta e o que se evidencia nisso é a tradicional e conhecida percepção do trabalho feminino como complementar e secundário em relação aos provedores principais da família.

O impacto do desemprego para as mulheres é certamente menos dramático que para os homens. Ao contrário do que ocorre com estes, a perda do emprego não questiona

suas identidades e tampouco ameaça sua noção de dignidade, por mais que as conseqüências possam ser graves do ponto de vista das exigências da sobrevivência familiar. É como se as fronteiras entre o emprego e o desemprego, como duas situações diferentes de vida, não se constituíssem plenamente, em função mesmo do lugar ambíguo que o trabalho ocupa na construção de suas identidades⁸. Daí o aparente paradoxo de uma situação em que, sendo mais instáveis e mais penalizadas numa conjuntura de retração econômica, o desemprego não é problematizado como uma condição injusta e perversa nas suas conseqüências. Nesse caso, como mostram Hirata e Humphrey, a perda do emprego pode reforçar ou justificar, sobretudo no caso das mulheres casadas, a sua volta para o espaço doméstico como lugar natural e naturalizado de existência (Hirata & Humphrey, 1987).

Tabela 8
Taxa de Desemprego e Tempo de Permanência nos Empregos Anteriores
entre Homens e Mulheres

Tempo de Permanência no Emprego Anterior

Ex-assalariados	Taxa de desemprego	menos de 6 meses	6 meses a 1 ano	1 ano a 2 anos	2 anos a 3 anos	mais de 3 anos	Total
HOMENS							
Indústria	9,7	39,4	19,7	18,3	8,3	14,3	100,0
Construção Civil	13,8	55,7	22,4	9,4	12,5	0,0	100,0
Serviços	10,4	61,3	13,2	12,8	9,4	3,3	100,0
Outros	21,7	54,6	0,0	45,4	0,0	0,0	100,0
Total	10,4	50,0	16,9	15,7	9,0	8,4	100,0
MULHERES							
Indústria	18,9	59,0	13,6	20,1	4,1	3,2	100,0
Construção Civil	14,1	18,3	81,7	0,0	0,0	0,0	100,0
Serviços	8,8	54,5	17,2	18,2	3,8	6,3	100,0
Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	12,3	56,2	16,6	18,8	3,9	4,5	100,0

⁸ Para uma discussão da relação entre o desemprego e a representação sobre o trabalho e não trabalho, ver Salais, 1986.

Mas nem por isso a pressão pela sua entrada no mercado de trabalho deve ser menor. É isso que os dados sobre desemprego oculto sugerem⁹. Trata-se aqui daqueles que voltam ao mercado de trabalho após um período de inatividade. O desemprego oculto chegava a representar 43% do desemprego feminino e é, em grande medida, responsável pelas altas taxas de desemprego que acompanham as mulheres em todas as suas faixas de idade (tabela 9). E é isso também que marca as diferenças em relação ao desemprego masculino que caracteriza sobretudo as situações vividas no mercado de trabalho quando são mais jovens e inexperientes. Por aí se tem, concretamente, mais um indicador de quanto a condição de gênero é definidora das poucas chances que as mulheres encontram no mercado de trabalho. Para as que voltam ao mercado após um período de inatividade, é pouco provável que retornem às atividades em funções originais e tudo indica que, quando conseguem algum emprego, isso se dá em condições ainda mais discriminadoras e desfavoráveis (Telles, 1988).

Com poucas chances no mercado de trabalho, não é casual que o subemprego se configure como uma alternativa possível de remuneração. Enquanto apenas 8,2% dos homens ocupados viviam do subemprego, essa era a alternativa de remuneração para 23% das mulheres ocupadas. Para os homens, o subemprego caracteriza suas condições de trabalho nos dois extremos de sua trajetória, ou seja, quando têm mais de 50 anos (12,3% eram subempregos) e, sobretudo, quando são menores de idade (29,7%). Para as mulheres, ao contrário, é uma alternativa para parcelas significativas delas em todas as faixas de idade. É menor apenas quando têm 18 a 34 anos (tabela 10). É esse o momento a partir do qual encontram menos chances no mercado de trabalho e são também mais pressionadas pelas tarefas domésticas. O fato é que entre as mulheres casadas, o subemprego aumenta a partir das situações familiares em que a presença dos filhos passa a significar maiores encargos domésticos. Se 20% das mulheres casadas sem filhos e que estavam ocupadas viviam do subemprego, essa era a alternativa de trabalho para 32% a 39% delas em outros momentos da vida familiar (tabela 11). Além do emprego doméstico remunerado, devem estar incluídas nessas situações as várias formas de trabalho a domicílio através das quais as mulheres tentam conciliar as tarefas domésticas com as necessidades de remuneração.

⁹ Nessa pesquisa, o desemprego oculto registra a tentativa de entrada ou volta ao mercado de trabalho por parte dos que estão numa condição de inatividade. Equivale à noção de desemprego oculto pelo desalento definida na pesquisa mensal sobre emprego e desemprego em São Paulo que o DIEESE/SEADE vem realizando em São Paulo desde 1983 e ao qual se soma o “desemprego oculto pelo trabalho precário”. Para um esclarecimento sobre essas categorias e as suas diferenças em relação às utilizadas pelo DIEESE na pesquisa de 1981, ver Andraus, 1988.

TELLES, Vera da Silva. A experiência da insegurança: trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, 4(1-2): 53-93, 1992.

Tabela 9
Desemprego Aberto e Oculto por Idade e por Sexo

Desemprego Aberto

	Primeiro Emprego	Demitidos	Desemprego Oculto	Total
- de 18 anos	10,2	49,6	40,2	100,0
18 - 34 anos	2,4	72,2	25,4	100,0
35 - 49 anos	1,3	59,7	39,0	100,0
50 anos +	10,5	21,5	68,0	100,0
Total	5,2	60,0	34,8	100,0
homens	5,7	66,5	27,8	100,0
mulheres	4,5	52,5	43,0	100,0
Total	5,2	60,0	34,8	100,0

Taxa global de desemprego

Idade	Homens	Mulheres	Total
- de 18 anos	35,6	43,4	38,5
18 - 34 anos	13,4	17,1	15,0
35 - 49 anos	4,9	12,5	7,7
50 anos +	8,8	10,5	9,3
Total	13,3	18,4	15,3

Tabela 10
Taxa de Subemprego por Idade e Sexo

Subemprego	Homens	Mulheres	Total
- de 18 anos	29,7	38,6	32,8
18 - 34 anos	5,7	16,8	10,2
34 - 49 anos	3,1	25,3	11,0
50 anos ou +	12,3	37,9	19,8
Total	8,2	23,0	13,7

Tabela 11
Mulheres Casadas Subempregadas por Momentos da Vida Familiar

	Trabalho regular	Subemprego	Total
Casal sem filhos	79,1	20,9	100,0
Casal até 34 anos	67,8	32,2	100,0
Casal de 35 - 49 anos	65,1	34,9	100,0
Casal de 50 anos ou +	60,7	39,3	100,0
Total	68,4	31,6	100,0

A precariedade das formas como se dá a inserção das mulheres no mercado de trabalho é um registro da radicalidade das situações vividas em que a sobrevivência familiar depende do trabalho feminino. No interior das escolhas e critérios de prioridades que estruturam a vida familiar, o trabalho remunerado das mulheres é carregado de significados. Sabe-se que as mulheres tendem a ser mantidas na esfera doméstica, sempre que possível são substituídas enquanto provedoras pelos filhos e a figura da dona de casa inteiramente dedicada aos cuidados da casa aparece como motivo de orgulho para os chefes de família, que encontram aí a prova de seu sucesso como trabalhador e provedor de seus familiares. Daí que a mobilização das mulheres para o mercado de trabalho pode ser tomado como sinal visível da privação vivida pelas famílias trabalhadoras. Se sua entrada no mercado de trabalho representa um pesado ônus simbólico na prova evidente da dificuldade de realização de um projeto de vida, as condições que constroem a singularidade de suas trajetórias devem tornar ainda mais penosa a sua tarefa de provedoras “complementares”.

Mas entrevistas realizadas indicam que as mulheres não vivem essa condição sem ambiguidades. Pois é por referência a uma experiência familiar percebida muitas vezes como opressiva, desvalorizada, não reconhecida, sem visibilidade, que as mulheres valorizam a experiência do trabalho enquanto acesso a um mundo próprio de sociabilidade e também, como revelam os depoimentos das mulheres entrevistadas por Souza Lobo, enquanto experiência por onde constroem uma noção de autonomia, associada à idéia do “saber se virar” e “cuidar de si” (Souza Lobo, 1989). O problema é que essa valorização positiva do trabalho não encontra códigos para ser elaborada fora da referência ao mundo privado e, nesse caso, o trabalho é sempre percebido como algo transitório, circunstancial e sem muita importância na sua trajetória pessoal. Como mostra Souza Lobo, mesmo para aquelas que devem garantir com o seu trabalho a sobrevivência familiar, em função do afastamento,

morte, desemprego ou incapacidade de seus maridos, a experiência do trabalho é regida pela idéia de um destino construído pela família. É no registro da necessidade - necessidade da sobrevivência familiar - que o trabalho ocupa um lugar em suas vidas, de tal modo que este se desvincula de um projeto de carreira e ascensão profissional e se articula com o casamento e a maternidade, como momentos que “se sucedem naturalizados com os ciclos da natureza”. Daí ambiguidade de suas falas ou, o que poderíamos dizer, a dupla lógica que estrutura seu discurso que ao valorizar o trabalho, reafirma, ao mesmo tempo, o seu lugar doméstico como aquilo que compõe o certo, o justo, o desejado, o esperado e inclusive projetado para suas filhas na idealização de um “bom casamento” que lhes garanta as condições de plena realização de seu papel de “mães de família”.

Estigmatizadas por sua condição de sexo no mercado de trabalho, fixadas na esfera doméstica, num lugar naturalizado e subordinado, isso significa uma brutal privatização de suas experiências. Mesmo no âmbito das lutas operárias e sindicais, suas práticas e reivindicações não são condição suficiente para criar novas referências, pois como indicam algumas pesquisas, a memória de suas lutas tende a se fragmentar e a se perder na ausência de um discurso que as elabore na sua positividade e na ausência de espaços nos quais possam ganhar visibilidade e registros publicamente reconhecíveis e identificáveis. Nas falas operárias que predominavam nos anos iniciais da década, as mulheres continuavam a ser vistas como “companheiras” de seus maridos, a legitimidade de suas reivindicações, quando reconhecidas, era construída por referência à sua fragilidade “natural”, à maternidade e ao seu lugar na esfera doméstica e a especificidade de suas condições de trabalho eram diluídas no interior de um discurso e de uma prática sindical orientados por uma noção paradigmática e uniformizadora de classe (Gitahy, Humphrey, Moisés & Lobo, 1987; 1985: ver também Humphrey, 1982).

Não se trata, portanto, que não tenham sua própria esfera de sociabilidade e seus campos de escolha, não se trata, ainda, que sejam inteiramente privadas de uma experiência extra-doméstica, por mais que essa seja a situação predominante entre as mulheres casadas, não se trata nem mesmo, como muitas vezes se diz, que não criem identificações com o trabalho e que estabeleçam com o mundo fabril uma relação de exterioridade desprovida de significados positivos¹⁰. A figura feminina não é uma figura vazia, desenhada em negativo. Há uma positividade em suas experiências e é nisso que se explicita toda a radicalidade que pode estar contida numa forma de existência que só ganha significados por referência a o

¹⁰ A crítica à idéia de uma relação de exterioridade das mulheres em relação ao trabalho é questão tratada In: Lobo, 1989. Para uma interpretação que reafirma essa exterioridade, ver Kergoat, 1989.

universo privado da família. Para usar os termos de Hannah Arendt, privadas de um “mundo comum” que só um espaço público pode construir enquanto mundo tangível numa realidade reconhecida por todos, as mulheres ficam prisioneiras de uma existência fragmentada que não consegue emergir como algo significativo. É como se estivessem fora da história, pois fora desse espaço no qual se “pode ser visto e ouvido” e no qual as ações de cada um aparecem como algo dotado de uma eficácia real nos acontecimentos que afetam suas vidas (Arendt, 1981). Como diz Aracy Rodrigues, “as mulheres se sentem periféricas em relação ao mundo, não participam de sua feitura e não se responsabilizam pelos seus resultados. A mulher vê sua história acontecer fora dela, geralmente construída por alguém” ou então pelo destino que lhe “permite delegar e projetar para fora de si a responsabilidade” pela sua existência (Rodrigues, 1979).

No caso das crianças e adolescentes, suas identidades são construídas no interior de uma peculiar noção de transitoriedade associada à sua condição de idade e que se objetiva, inclusive no plano jurídico, na sua figura tutelada¹¹. A idéia do trabalho como etapa de aprendizagem parece aí ser fundamental nas formas como são absorvidos pelo mercado de trabalho, como uma mão-de-obra desqualificada e mal remunerada. Cheiwa Spindel chama atenção para um conjunto de representações estabelecidas que operam como premissa a justificar a sua desqualificação e menor remuneração: são considerados menos responsáveis e interessados pelo trabalho que os adultos, o caráter complementar de seu salário é o argumento que legitima uma remuneração mais baixa e a sua desqualificação é ainda associada à suposição de uma menor produtividade em função da pouca escolaridade e da ausência de experiência prévia do trabalho, apesar desses critérios contarem muito pouco na distribuição das tarefas no interior das empresas (Spindel, 1986).

O trabalho precoce nem mesmo lhes garante condições mais vantajosas quando passam para a maioridade já que a clivagem aí é menos determinada pela experiência adquirida do que pela instrumentalização das representações associadas à idade. Ao que parece, as empresas preferem contratar novos trabalhadores ao invés de manter aqueles que ultrapassam os 18 anos. E isso mesmo quando são contratados como aprendizes, figura prevista por lei e que supõe o seu aproveitamento pelas empresas após a “etapa de

¹¹ A respeito ver Abramo & Telles, 1987; para uma análise do ponto de vista antropológico das identidades associadas à condição de idade, ver Duarte, 1986.

aprendizagem”. Além do mais, sua experiência de trabalho não deve lhes valer muita coisa. Absorvidos em atividades rotineiras, permanecem muito pouco tempo em seus empregos e o trânsito permanente no mercado de trabalho deve ser, de forma muito mais intensa do que para os trabalhadores adultos, a marca predominante de suas trajetórias. Essa é uma questão enfatizada por todos os que vêm pesquisando as condições de trabalho dos menores trabalhadores (Spindel, 1986; Guerra, 1986; Gouveia, 1983). E os dados sobre desemprego tornam isso particularmente visível: em 1981, cerca de 26,3% dos menores que trabalhavam como assalariados perderam seus empregos, duas vezes mais portanto que a média verificada no mercado e a grande maioria deles (80%) ficou menos de seis meses em seus empregos anteriores (tabela 7a).

Porém, é quando se toma por referência as taxas globais de desemprego infantil que se pode ter uma medida mais precisa das condições que presidem a sua entrada no mercado de trabalho. Cerca de 38,5% dos menores mobilizados para o mercado estavam desempregados. Do total do desemprego infantil, 49,6% eram meninos e meninas que perderam seus empregos, 40,2% eram inativos que tentavam entrar ou voltar ao mercado (desemprego oculto) e 10,2% estavam abertamente a procura do primeiro emprego (tabela 8).

Ao que parece, a conjuntura de desemprego no começo dos anos 80 teve um efeito particularmente perverso para esses meninos e meninas trabalhadores. É certo que o desemprego deve ser uma experiência constitutiva da trajetória dos adolescentes, em função da proximidade da idade de alistamento militar. Se, por definição, não deve ser fácil para eles conseguir um emprego, os anos que se seguiram a 1980 devem ter tornado suas possibilidades ainda mais restritas. As pesquisas indicam que os menores - junto com as mulheres - foram os primeiros a serem expulsos do mercado de trabalho. E é razoável supor que isso tenha ocorrido por razões semelhantes, ou seja, a idade deve ter sido critério de demissão, numa articulação entre a desqualificação associada à idade, a noção do trabalho como etapa de aprendizagem e a desvalorização de seu trabalho percebido como complementar e sem importância para a sobrevivência de suas famílias. De outro lado e diferentemente do ocorrido com o trabalho feminino, o reaquecimento das atividades econômicas a partir de 1984 não significou uma reabsorção do trabalho infantil. E isso significa que parcelas significativas dos menores de 18 anos foram ou estão sendo excluídos do mercado. Dessa forma, não é casual que o subemprego seja uma alternativa possível de remuneração para eles.

Na verdade e, de novo, da mesma forma como acontece com as mulheres, o subemprego oferece um retrato em negativo das discriminações vigentes no mercado de trabalho. Cerca de 32,8% dos menores de 18 anos eram trabalhadores subempregados. Com certeza, parcelas significativas deles engrossavam o mercado informal. Nesse caso,

sua condição de trabalhadores é submergida e praticamente invisibilizada pelas imagens de uma pobreza criminalizada construída em torno desses meninos e meninas que fazem da rua um meio de sobrevivência. Vivem aí uma experiência marcada por uma dupla ilegalidade, dada pela sua condição de idade e pela sua inserção em atividades que não são reconhecidas legalmente e que, por isso mesmo, são colocadas em suspeição e sob o crivo permanente da vigilância, fiscalização e repressão por parte do Estado. Como mostra Reinaldo Arruda, nesse mundo regido pela ilegalidade e pela ilegitimidade de suas formas de estruturação, as fronteiras entre o “comportamento infrator” e o “trabalho decente” são diluídas. Se a intervenção reiterada da polícia os declara publicamente como delinquentes potenciais, a ação assistencial do Estado os transforma na figura tutelada do “menor carente” através da qual a sua condição de pobreza é culpabilizada enquanto fonte inevitável do crime (Arruda, 1983).

Mas o subemprego não é característica exclusiva do mercado informal. Diz respeito também à prática do trabalho irregular no setor organizado da economia e que se evidencia na prática comum do emprego sem registro em carteira de trabalho e fora das normas legais que disciplinam o trabalho do menor. Nesse caso, o subemprego infantil torna particularmente visível as formas como a condição de idade é instrumentalizada. Parece existir uma espécie de cumplicidade por parte das empresas, certamente, mas também por parte dos sindicatos e até mesmo das suas famílias, com uma situação em que a noção do trabalho como etapa de aprendizagem serve de argumento para justificar ou pelo menos neutralizar a gravidade do emprego irregular. Nesse sentido, são elucidativas as conclusões a que chega Spindel em sua pesquisa sobre menores trabalhadores. Nas oito principais regiões industriais do país em que a pesquisa foi realizada, a autora não encontrou nenhum sindicato que tivesse dado entrada na Justiça do Trabalho de alguma reclamação trabalhista referida aos menores, apesar das irregularidades de que são vítimas. Como enfatiza a autora, as instituições realimentam e reproduzem as condições que transformam essas crianças numa força de trabalho desamparada frente ao capital: “perante a lei, é a família que assume a sua tutela” e, no caso dos que são registrados, “o representa nas assinaturas, rescisões de contrato e na retirada do Fundo de Garantia”, quando demitidos. Além do mais, “é pequeno o número de menores sindicalizados pois não há interesse por parte da família em sindicalizá-los, na medida em que os benefícios oferecidos aos adultos são estendidos também a seus familiares”. Os sindicatos, por sua vez, parecem não ter muito interesse nessas crianças pois não são fator de poder, não votam, não podem ser votados, não interferem nas decisões e nada decidem (Spindel, 1986).

Enfim, é nessa dupla figuração - da pobreza criminalizada e da tutela - que se especifica a singularidade de uma vivência marcada pela condição de idade. E isso está

presente nas formas como as famílias valorizam o trabalho infantil. É pouco provável que o trabalho das crianças e adolescentes chegue a alterar substancialmente as condições da sobrevivência familiar. Mesmo supondo que, sobretudo entre as famílias mais pauperizadas, os poucos ganhos obtidos possam fazer diferença num consumo básico garantido a cada dia, certamente não podem contar com a garantia e a segurança de uma renda regular, mesmo que pequena. Mas nem por isso o trabalho de seus filhos menores é visto como pouco importante. Mas aí, o que pesa é menos a “lógica da sobrevivência” do que um conjunto de valores e representações pelos quais a importância do trabalho infantil é elaborada. Entrevistas realizadas mostram que a valorização do trabalho infantil é construída num peculiar contraponto aos riscos associados ao tempo livre e à “ociosidade” de seus filhos, mesmo quando essa “ociosidade” é função do desemprego daqueles que, sem sucesso, estão em busca de alternativas no mercado de trabalho. Esses riscos aparecem corporificados na imagem das “más companhias” que habitam o mundo da rua e que surgem como fundamento para o temor da marginalidade e da delinquência. Em outras palavras, entra em jogo uma ética do trabalho pela qual o tempo livre dos filhos é posto sob suspeita, justificando, por essa via, um estrito controle sobre o seu tempo cotidiano, controle que esperam ser complementado pelas virtudes disciplinadoras do trabalho (Abramo & Telles, 1987).

Por outro lado, a experiência desse lugar subordinado na vida familiar parece fornecer as razões assumidas por crianças e adolescentes para sua entrada no mercado de trabalho. Buscar uma maior autonomia que o salário, mesmo pequeno, pode lhes proporcionar, ter acesso a um mundo diferente de sociabilidade, ampliar seus horizontes, escapar da monotonia disciplinada e opressora que a família lhes impõe, são expectativas dos filhos menores em sua busca de um trabalho remunerado. Mas o trabalho também é valorizado como condição para uma vida melhor. Com diferenças de ênfase entre meninos e meninas, há, sempre, a esperança de uma experiência que os qualifique para um outro patamar de vida, diferenciado e mais elevado em relação a seus pais.

Preparando-se para a vida adulta pelas vias do trabalho, o que chama atenção nas falas desses meninos e meninas é o quanto nelas se enuncia uma percepção dos limites de uma condição de classe, limites corporificados na figura de seus pais. Na esperança de uma vida melhor, o que se revela é a recusa de um presente percebido como uma vida de muita privação, sacrifícios e preocupações; na idealização de uma “vida diferente” sai um retrato mais ou menos elaborado, mais ou menos explícito, que nos fala da vida monótona e cansativa da mãe mergulhada em seus afazeres domésticos, da sujeição do pai a um trabalho exaustivo, opressivo e com poucas compensações, das suas limitações que lhes parecem como algo intransponível e que associam à falta de estudo e à desvalorização e desprestígio

identificados com o trabalho não qualificado e, também, como trabalho fabril que percebem ser o destino inevitável daqueles que não tiveram capacidade ou possibilidade de ocupar um lugar mais respeitável e respeitado na sociedade (Abramo & Telles, 1987).

Daí que a idéia de “começar-como-todo-mundo” vem acompanhada da expectativa de um outro patamar de vida que o trabalho poderia eventualmente lhes oferecer. E é nisso que se arma o pequeno drama de suas vidas e que nos dá uma medida do significado que para eles pode ter essa passagem por um mercado que lhes oferece tão poucas oportunidades. Como várias pesquisas têm demonstrado, esse é um drama que se radicaliza no caso dos meninos, ainda mais quando se aproximam dos 18 anos (Ferreira, 1979). Em primeiro lugar, é importante lembrar que é o próprio marco legal que lhes impõe um fim em sua minoridade, jogando-os abruptamente no mundo do trabalhador responsável que tem como pressuposto o trabalho fixo e a carteira de trabalho assinada enquanto prova de sua capacidade de pertencimento à sociedade. Pelo lado da família, é esse o momento em que se reafirmam, em torno dos filhos, os papéis familiares, agora projetados para seu futuro próximo. Para além da maior ou menor necessidade de sua contribuição para o orçamento doméstico, há a expectativa (e pressão) de que consigam um emprego fixo, seguro e, se possível, promissor.

Do ponto de vista de suas vivências, “a noção de liberdade e autonomia associada ao trabalho encontra aí seu limite, num ponto sem retorno que parece pôr à prova as possibilidades de uma vida melhor, idealizada através da carreira profissional que supostamente o trabalho precoce lhes possibilitaria” (Abramo & Telles, 1987). Vale lembrar que são os trabalhadores mais jovens que encontram condições especialmente adversas no mercado de trabalho: na faixa dos 18-34 anos, 54,5% dos trabalhadores homens eram absorvidos em atividades pouco ou nada qualificadas e 67% deles recebiam menos que o mínimo necessário; são mais vulneráveis a conjunturas de desemprego - 13,4% estavam desempregados e essa é a maior taxa de desemprego entre os homens adultos; devem ficar muito pouco tempo nos empregos que conseguem pois, entre os que tinham anteriormente um trabalho assalariado, 66,6% ficaram menos de um ano em seus empregos anteriores. Se fosse possível desagregar essa faixa de idade para isolar aqueles que se encontravam próximos dos 18 ou 20 anos, certamente esses dados revelariam uma situação ainda mais adversa.

Pelo visto, é nessa difícil passagem para a maioridade que a delinquência surge no horizonte desses jovens. Como mostra Alba Zaluar, é esse o momento em que os jovens, se espelhando na vida de seus pais e vivendo os obstáculos evidentes que o mercado lhes impõe, podem questionar um projeto de vida estruturado em torno da família organizada e do trabalho regular. É aí que o trabalho pode perder qualquer sentido positivo. Entre os jovens, diz Zaluar, é comum o trabalho ser associado à noção de escravidão pela qual percebem a vida do trabalhador como uma vida regida pela obrigação cotidiana e pelos

horários rígidos, uma vida sem folga e descanso e que nem mesmo garante um padrão de vida que se deteriora cada vez mais (Zaluar, 1985). Se para o chefe de família essa “vida de sacrifícios” pode ganhar um sentido moral no interior do projeto familiar, para os jovens essa vida aparece desnudada numa condição fixada em seus limites, sem perspectivas e sem alternativas.

Nesse longo percurso sobre a experiência do trabalho, algumas questões surgem para serem discutidas. Em primeiro lugar, permite redefinir a afirmação feita logo no início de que o mercado produz as evidências nas quais se ancora a lógica de verdade presente nas representações tradicionais sobre o trabalho feminino e infantil. Tal como foi formulada, pode dar a entender que essa seja uma situação exclusivamente econômica e que é na sua determinação que as figuras de sexo e idade são construídas. Na verdade, se o mercado objetiva concretamente as diferenças de sexo e idade, estas não existem fora dos códigos sociais, dos valores morais, das representações e tradições culturais através das quais as classes assumem figurações reconhecidas e reconhecíveis, numa construção do espaço social que é solidário, como diz Lefort, com um conjunto de princípios implícitos que comandam a noção do que é legítimo e ilegítimo, justo e injusto, ordem e desordem, razão e desrazão, possível e impossível, permitido e interdito (Lefort, 1986).

Daí o interesse de uma investigação sobre a produção das diferenças de sexo e idade entre as classes trabalhadoras. De um lado, porque é através delas que se tem uma via de entrada que ilumina suas condições de vida. E isso tanto pelas trajetórias individuais que singularizam homens e mulheres, adultos e crianças, como pelas trajetórias coletivas articuladas no âmbito da família e que põem em foco uma experiência vivida sob o signo de uma insegurança permanente. Mesmo para as que conseguiram escapar das fronteiras da pauperização, esta, no entanto, deve estar colocada em seus horizontes, como ameaça real ou potencial de desestruturação dos arranjos que conseguiram estabelecer em suas vidas cotidianas. De outro lado, porque são essas diferenças que nos permitem requalificar o significado dessa insegurança e instabilidade inscritas em suas trajetórias. A pobreza, como condição de vida, é desenhada na figura cruzada das mulheres, das crianças e dos velhos, dos subempregados, dos desempregados e mais de todos os que se encontram, por razões diversas, afastados do mercado de trabalho. E isso significa dizer que a pobreza é desenhada na figura de todos aqueles que já foram definidos como os deserdados da sociedade. Todos aqueles que, fora do universo privado da família e da ação assistencial e tutelar do Estado, não encontram códigos sociais de reconhecimento e legitimidade social. Daí que mais que

uma situação econômica, a pobreza como condição de vida qualifica-se como uma situação social, cultural e também política. Qualifica-se também enquanto experiência (real ou virtual) dos limites ou mesmo da ruptura com os parâmetros que constroem a noção de uma ordem legítima de vida. E nesse caso, a condição de pauperização é sempre passível de se transfigurar em marginalização no interior de um imaginário social que constrói as figuras da pobreza extrema como solo da desagregação moral, da desordem e da desrazão. Imaginário que, como várias pesquisas têm revelado, se inscreve também nas formas como as classes trabalhadoras interpretam e pensam a condição em que vivem, assumindo, à sua maneira, a associação entre a pobreza e o crime, a pobreza e a desordem moral.

Talvez por aí se possa repensar a importância da família, talvez por aí se possa pensar a eficácia propriamente simbólica das estratégias familiares: ao garantir condições de uma sobrevivência empreendida coletivamente, exorcizam simbolicamente a ameaça da desordem e da ruptura de uma ordem de vida estruturada em torno da família organizada e do trabalho regular. A valorização da família unida e hierarquizada em sua vida interna, tão reiterada nas falas de homens e mulheres, parece aqui ganhar todo o seu sentido, enquanto medida de uma dignidade sempre ameaçada e, de toda forma, como expectativa de uma possibilidade de futuro.

São vários os registros que apontam nesse sentido. A começar pelo medo e desconfiança que as famílias trabalhadoras manifestam quanto ao desemprego ou subemprego de seus filhos, como fonte de riscos de delinquência e marginalização. Riscos associados à imagem dos meninos e meninas que transitam pelas ruas. Nas formas como homens e mulheres pensam e avaliam a condição de seus filhos, os chamados “meninos de rua” parecem cristalizar em suas figuras um conjunto de polarizações na imagem construída de crianças que saem do controle disciplinar e moral de suas famílias, que aprendem, por isso mesmo, os maus hábitos da “vida boa” e do “ganho fácil”, que estão sujeitas aos efeitos perversos das “más companhias”, que têm a “natureza fraca” e que são rebeldes ao trabalho e à vida familiar. É essa uma imagem que parece acionar entre as famílias trabalhadoras um conjunto de representações por onde se reforça e se reelabora o significado de um projeto de vida ancorado na idéia de uma família unida e soldada pela autoridade paterna (Abramo & Telles, 1987).

A família estruturando uma noção de ordem e surgindo como referência para a expectativa de uma segurança de vida aparece também nas formas como as mulheres casadas vivem a experiência do trabalho remunerado fora de suas casas. Se no mercado vivem uma situação real de discriminação e de falta de oportunidades, é no espaço doméstico que essa experiência se transfigura em drama cotidiano que põe em jogo a família com seus valores e seus projetos. A casa mal cuidada e abandonada aparece no plano das

representações familiares como registros evidentes de uma privação vivida coletivamente e que atinge o núcleo mesmo de um projeto de vida que faz da casa o símbolo de uma vida bem sucedida. Nos relatos que essas mulheres (mas também os homens chefes de família) fazem de suas vidas, emerge - novamente - a imagem dos filhos soltos e abandonados, sem a proteção que a autoridade moral mãe deveria exercer e que, por isso mesmo, abre as portas para a delinquência, enquanto ameaça de ruptura com uma ordem de vida que supõe o trabalho fixo, regular e seguro. A imagem da família unida aparece ainda, como mostra Tania Salem, no fantasma do abandono presente no discurso feminino e que registra, em negativo, a idealização de uma família estruturada em seus papéis tradicionais. Aqui, a singularidade de sua condição de sexo que faz com que as mulheres se percebam vinculadas à história da figura masculina que, para elas, detém as chaves de seu destino, se articula com uma experiência feita de sucessivas situações de desestruturação da vida familiar ou ameaças de desestruturação, em função dos imperativos da sobrevivência cotidiana (Salem, 1981).

É o caso ainda das formas como os trabalhadores homens, em particular os chefes de família, elaboram uma noção de “trabalhador responsável” através de uma ética - a ética do provedor de que fala Alba Zaluar - através da qual conferem valor moral à persistência de uma vida ancorada no trabalho e na família. Persistência percebida como uma escolha apoiada no exercício de uma razão e de uma vontade que os diferencia moralmente de todos aqueles que não fazem do trabalho regular um meio e uma opção de vida, que sucumbiram diante de adversidades que são comuns a todos, entrando no caminho sem volta do crime e da marginalidade (Zaluar, 1985). Até mesmo nas formas de expressão da cultura popular, como os melodramas encenados dos circos teatros descritos por José Guilherme Magnani, a família aparece tematizada como medida de uma ordem sempre passível de ruptura pela intervenção das figuras do destino - o desemprego, o abandono, a orfandade - e, nesse caso, a desordem que se segue está sempre associada ao crime, à injustiça e à subversão dos valores morais (Magnani, 1984; Montes, 1982).

Essa valorização da família nos leva a pensar que a sua importância enquanto espaço no qual a sobrevivência cotidiana é viabilizada não pode ser vista como simples derivação de um capitalismo perverso em suas formas de realização. Lugar para onde convergem todos os deserdados da sociedade, a centralidade da família pode ser vista como registro de uma sociedade na qual a chamada questão social foi equacionada nas formas de uma “pobreza colonizada”¹², despolitizada e privatizada em suas formas de manifestação. A contrapartida é o que tudo isso constrói enquanto marcos e referências de uma

¹² A expressão é utilizada in: Abreu & Castro, 1985.

experiência que escapa o tempo todo dos códigos e critérios públicos de reconhecimento e que, por isso mesmo, tende a ser elaborada e traduzida na dimensão privada da família. Seria possível dizer que, frente a uma experiência de sociedade que se faz sob as formas da insegurança e da instabilidade, da exclusão e da ilegitimidade de suas vozes e estratégias de vida, a família se constitui simbolicamente num ponto fixo em torno do qual homens e mulheres podem contar uma história e montar uma biografia, atribuir sentido às suas vidas e construir projetos de futuro, tornando o mundo no qual estão mergulhados, um mundo plausível de ser vivido. E é nisso que o modelo do chefe provedor se reafirma, mesmo que não se realize e nem tenha condições de se realizar plenamente nas situações concretamente vividas.

Finalmente, para voltar ao ponto inicial da discussão, se na esfera da família e da moradia é possível identificar um modo de vida, é possível pensá-lo como algo que se constitui na intersecção entre a “ordem instituída”, enquanto objetivação de um certo curso histórico em que se articulam economia, política e ideologia; a cultura, tradições e códigos morais que permeiam as relações sociais e as experiências vividas em espaços diversos e nas quais se tem os registros de formas de expressão de subjetividades em que se articulam, como bem mostrou Maria Lúcia Montes, interesses e razões, vontades e paixões. E é precisamente por isso que uma discussão sobre a família trabalhadora e das formas de vida que em torno dela se estruturam pode se abrir, como uma via de entrada possível, para o entendimento da dinâmica da própria sociedade.

Recebido para publicação em maio/1992

TELLES, Vera da Silva. A experiência da insegurança: trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, 4(1-2): 53-93, 1992.

TELLES, Vera da Silva. The experience of insecurity: work and family in the urban working-class. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, 4(1-2): 53-93, 1992.

ABSTRACT: The article treats the importance of the family in the urban working classes. As value and space of sociability, this importance is constructed in a social experience where work, culture and the (not)rights are articulated. From this angle the family is defined as order of life in which we find signals of a social exclusion that unfold itself in a privativeness of experiences. It is this privativeness that the article try to show and to discuss. In this sense, it looks as point of depart the trajectory of men, women and children in the work market. Less than a discussion on the work market, these trajectories are interesting mainly from the point of view by which they are elaborated as individual and collective experiences in the family ambit. As empirical reference the article analyzes data from a survey realized by DIEESE in 1981, in the Metropolitan Region of São Paulo.

UNITERMS: working class families, experience, privatization, citizenship, insecurity, exclusion.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. & TELLES, V.S. Experiência urbana, trabajo y identidad: apuntes a una investigación sobre menores proletarizados en São Paulo. In: CARRION, D. & VAISTONC, A. (org.). *La Cuidady los Niños*, Quito, Ed. Cuidad, 1987.

ABREU, S.A. & CASTRO, M.M. A Pobreza colonizada. *Revista Serviço Social e Sociedade* 4(17). São Paulo, Editora Cortez, 1985.

ARRUDA, R.S.V. *Pequenos bandidos*. São Paulo, Global, 1983.

CABANES, R. Filières et strategies socio-profissionelles: étude de cas de douze ouvriers a São Paulo (mimeo.), 1987.

_____. Culture du travail et itineraires socio-profissionelles: une comparaison entre ouvriers et ouvrières. *Cahiers*, nº 7. Orston, 1988.

CALDEIRA, T. *A Política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

TELLES, Vera da Silva. A experiência da insegurança: trabalho e família nas classes trabalhadoras urbanas em São Paulo. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, 4(1-2): 53-93, 1992.

DA MATTA, R. *A Casa e a Rua*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo: 1920-1934*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1987.

DUARTE, L.F. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.

DURHAM, E. A Família Operária: consciência e ideologia. *Dados*. 23(2), 1980.

EWALD, F. *L'Etat Providence*. Paris, Grasset, 1986.

FERREIRA, R.M.F. *Meninos de Rua: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo*. São Paulo, Cedec, 1979.

FLEURY, A. C. C. Produtividade e organização do trabalho na indústria. *Revista de Administração de Empresa*. Rio de Janeiro, 1980.

GITAHY, L. & LOBO, E. S. & MOISÉS, R. Operárias, sindicalização e reivindicações (1970-1980). *Revista de Cultura e Política*. São Paulo, Cedec/Cortez, 1983.

GOUVEIA, A. J. *O Trabalho do Menor: necessidade transfigurada em virtude*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1983.

HIRATA, H. & HUMPHREY, J. Familles ouvrières face la crise: une enquête dans les quartiers ouvriers de São Paulo. *Rev. Les Temps Moderns*, nº 491, 1987.

_____. *Crise Econômica e Emprego de Mulheres: um estudo de caso na indústria brasileira*. *Revista de Economia e Política*, nº 4, 1984.

HUMPHREY, J. Sindicato, um mundo masculino. *Novos Estudos CEBRAP*. 2 (1), 1983.

KERGOAT, D. Luites ouvrières et rapports sociaux de sexe: de la construction du sujet collectif dans l'univers de travail ouvrier. (mimeo.), 1989.

LEFORT, C. *Essais sur le Politique*. Paris, Seuil, 1986.

MAGNANI, J. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

MONTALLI, L. Arranjos familiares e rendimentos. In: CEDEC/DIEESE. *Modo e condições de vida: uma análise das desigualdades sociais na Região Metropolitana de São Paulo*. Relatório de pesquisa.

PAOLI, M.C. A Família Operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil. *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. 1984.

PENA, M.V. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.